

## **Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Transporte e Trânsito reivindica a aprovação do PL da Mobilidade**

O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Transporte e Trânsito, em sua 75ª reunião, realizada em Porto Alegre, em 30 de junho e 1º de julho de 2011, manifesta sua posição de apoio à aprovação, pelo Senado Federal, do texto integral do PLC nº 166/2010, considerado por nós como um elemento da maior importância para a melhoria das condições de mobilidade urbana nas cidades brasileiras.

O PL da Mobilidade, elaborado inicialmente pela Secretaria de Mobilidade - SeMob do Ministério das Cidades, foi amplamente debatido em vários estados, aprovado por um grupo interministerial e, depois de algumas revisões, aprovado por unanimidade no Conselho das Cidades.

Na Câmara Federal a versão aprovada pelo Conselho das Cidades foi assumida em quase toda a sua integralidade pela relatora da Comissão Especial e aprovada por todos partidos políticos. No Senado, o projeto tramitou por 4 das 5 Comissões, sem nenhuma emenda, e recebeu parecer favorável do relator da Comissão de Infraestrutura, último passo para a sua efetivação, após mais de três anos de tramitação no Congresso Nacional.

Surpreendentemente, porém, uma iniciativa da Subchefia de Assuntos Parlamentares – SUPAR da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República ameaça agora a sua aprovação.

Ignorando o intenso e democrático processo de discussão que culminou no texto atual do PLC nº 166/2010, o questionamento da SUPAR propõe profundas alterações no texto que, se introduzidas, exigirá o retorno do projeto para a Câmara de Deputados, voltando praticamente para a estaca zero.

O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Transporte e Trânsito vem acompanhando toda a tramitação deste projeto e apóia a sua atual redação.

Solicitamos, portanto, que o Senado aprove o Projeto de Lei com seu texto atual e reivindicamos que o Governo Federal desconsidere esses questionamentos extemporâneos e deixe a matéria continuar sua tramitação, em respeito a todo este processo, iniciado em 1986 na Associação Nacional de Transportes Públicos, consolidado na Câmara Federal e aprovado por unanimidade no Conselho das Cidades, com apoio da Frente Nacional de Prefeitos, do Fórum Nacional de Secretários de Transportes, do Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos – MDT e da Frente Parlamentar do Transporte Público, em defesa dos interesses de toda a sociedade brasileira.

Porto Alegre, 1º de julho de 2011